



**RELATÓRIO DA MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E
INFRAÇÕES CONEXAS DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE**

2021

Índice

1.	Introdução	4
2.	Equipa responsável pela monitorização do PGRCIC do IPCA	5
3.	Análise da Execução do PGRCIC do IPCA.....	6
4.	Apresentação de alterações e recomendações ao PGRCIC do IPCA	16
5.	Conclusão	18

LISTA DE SIGLAS

ADSE – Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública

CAP – Certificado de Aptidão Profissional

CPA – Código de Procedimento Administrativo

CPC – Conselho de Prevenção da Corrupção

CPCIPCA – Comissão de Prevenção da Corrupção do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGES – Direcção-Geral do Ensino Superior

ECPDESP – O Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico

EST – Escola Superior de Tecnologia

GACI – Gabinete de Auditoria e Controlo Interno

IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave

MCI – Manual do Controlo Interno

NA – Não se aplica

PGRCIC – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

SA – Serviços Académicos

SAS – Serviços de Ação Social

SRH – Serviços de Recursos Humanos

UE – União Europeia

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a corrupção é considerada um dos fenómenos mundiais mais preocupantes que assola várias entidades do sector público, inclusivamente, o sector da Educação. Face às suas consequências nefastas, têm sido encetados inúmeros esforços, a nível internacional, para estabelecer medidas anticorrupção.

Com o intuito de acompanhar esta luta contra a corrupção, Portugal criou o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), que emitiu a Recomendação n.º 1/2009, que veio prever a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC). Nos termos deste normativo, todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou património públicos deveriam elaborar, até 31 de dezembro de 2009, o seu PGRCIC.

Todavia, o trabalho de prevenção da corrupção não se encerra com a elaboração deste documento, pois, segundo o CPC, mais importante do que elaborar o PGRCIC é implementá-lo e monitorizá-lo, uma vez que este deve constituir um instrumento dinâmico e em constante aperfeiçoamento. Para tal, a Recomendação n.º 1/2009 refere que deve ser elaborado, anualmente, um relatório sobre a execução do PGRCIC. Pretende-se com esta imposição, que o PGRCIC constitua, não só um mecanismo de prevenção e deteção da corrupção mas, também, um instrumento de gestão, que permite aos agentes públicos expor os processos organizacionais das instituições que integram e aferir a eventual responsabilidade na gestão de recursos públicos.

Dando cumprimento a esta recomendação, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA), elaborou um PGRCIC, aprovado em 30 dezembro de 2009, e criou uma Comissão de Prevenção da Corrupção, em fevereiro de 2010, a qual ficou incumbida de efetuar a monitorização deste documento e, conseqüentemente, de elaborar um relatório sobre a mesma, o qual se apresenta neste documento.

2. EQUIPA RESPONSÁVEL PELA MONITORIZAÇÃO DO PGRCIC DO IPCA

Em cumprimento da alínea a) do ponto 3 do PGRCIC do IPCA, de 31 de dezembro de 2009, foi constituída a Comissão de Prevenção da Corrupção do IPCA (CPCIPCA), por despacho do Sr. Presidente do IPCA (Despacho Interno (PR) n.º 3/2010, de 19 de fevereiro de 2010, o qual foi substituído pelo Despacho Interno (PR) n.º 39/2012, de 17 de abril de 2012 e, posteriormente, pelo Despacho Interno (PR) n.º 11/2013, de 11 de fevereiro de 2013).

Até finais de setembro de 2021, a CPCIPCA contou com os seguintes elementos:

- Sandra Cunha (Presidente);
- Sara Serra;
- Paulo Teixeira;
- Fernanda Quintas;
- Susana Jorge.

Em outubro de 2021, tomou posse uma nova CPCIPCA. Considerando que a execução do PGRCIC 2021 esteve na sua maioria ao cargo da anterior comissão, este relatório de monitorização foi elaborado em conjunto com a anterior Comissão.

A CPCIPCA está incumbida da coordenação, aplicação e fiscalização do PGRCIC do IPCA, nomeadamente, da realização de reuniões de acompanhamento e da estruturação de relatórios anuais sobre o mesmo.

Cientes das suas atribuições, os membros do CPCIPCA têm reunido periodicamente desde a sua nomeação. Além disso, quer em cumprimento de pedidos da Presidência do IPCA, quer por iniciativa própria, a CPCIPCA desenvolveu, em 2021 as seguintes atividades:

- Realização de vários sorteios para constituições de júris de procedimentos concursais (pessoal não docente), em cumprimento do ponto 4.1 do PGRCIC;
- Emissão de pareceres;
- Apresentação de recomendações para implementar medidas anticorrupção;
- Análise do atual PGRCIC e apresentação de sugestões de revisão e recomendação de reforço das medidas anticorrupção.
- Realização de uma conferência sobre a prevenção da corrupção no sector público, enquanto forma de assinalar o dia internacional de luta contra a corrupção (9 de dezembro).

3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO PGRIC DO IPCA

A *checklist* apresentada na tabela n.º 1 mede o grau de execução do PGRIC do IPCA. Através das respostas obtidas, aquando a aplicação dos questionários, classificou-se cada medida de acordo com três níveis:

- **Executado** – significa que o procedimento foi executado.
- **Não Executado** – significa que o procedimento não foi executado, mas já poderia ou deveria ter sido.

Nas observações, constam informações que a Comissão considera importantes para interpretar o resultado da respetiva medida.

A tabela 1, apresenta os resultados de execução do PGRIC, por área e medida, relativos ao ano de 2021.

Tabela n.º 1 – Execução do PGRIC do IPCA

1. Medidas Transversais

Procedimentos a adotar	Objetivo a atingir	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
1. Constituição da CPCIPCA	Garantir o acompanhamento da problemática da prevenção da corrupção e infrações conexas no IPCA	X		
2. Envio de mensagens eletrónicas a todos os colaboradores do IPCA informando da publicidade do plano na respetiva página virtual, bem como da “Carta Ética da Administração Pública”	Assegurar que a generalidade dos trabalhadores estão devidamente informados sobre o PGRIC	X		
3. Promoção de ações formativas de curta duração sobre a prevenção da corrupção	Melhorar os conhecimentos dos trabalhadores sobre a problemática da prevenção da corrupção	X		Webinar sobre prevenção da corrupção
4. Disponibilização de “Declaração relativa a escusas, incompatibilidades e impedimentos”	Reduzir o risco da existência de situações de incompatibilidade e impedimentos por parte dos trabalhadores	X		
5. Atualização da página de Internet no portal do IPCA com informação atualizada sobre o PGRIC do IPCA	Melhorar a comunicação e a transparência	X		
6. Promoção de medidas para melhorar as competências dos trabalhadores do IPCA em temas que permitem minorar o risco de corrupção e das infrações conexas, nomeadamente ao nível do direito administrativo, contratação pública e regime da função pública	Melhorar os conhecimentos dos trabalhadores em temas relevantes para o exercício das funções.	X		

7.	Existência de processo organizado de controlo interno no IPCA	Assegurar a existência de condições necessárias para a implementação de práticas sistematizadas de auditoria e controlo interno	X		
8.	Promoção da elaboração de um Código de Conduta do IPCA	Orientar o comportamento dos trabalhadores	X		
9.	Promoção de auditorias externas periódica relativas à confiança e segurança dos sistemas informáticos do IPCA	Melhorar a fiabilidade e a confiança dos sistemas de informação do IPCA		X	
10.	Elaboração de relatório anual de monitorização do PGRCIC	Assegurar o acompanhamento	X		
11.	Revisão periódica do plano PGRCIC do IPCA	Garantir a necessária atualização ao PGRCIC	X		ÚLTIMA REVISÃO 2020
12.	Promoção do controlo e execução das medidas/procedimentos relativos à prevenção dos riscos de corrupção em cada área de atividade, conforme definido nos pontos 5 a 10	Assegurar o controlo e execução	X		

2. Procedimentos Específicos

2.1. Área: Recursos Humanos

2.1.1. Recrutamento por concurso (pessoal docente, não docente e bolseiros)

Processo 1	Recrutamento por concurso (pessoal docente, não docente e bolseiros)	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abuso de Poder ▪ Conflito de Interesses ▪ Corrupção passiva por ato lícito ▪ Favorecimento de candidato ▪ Imparcialidade ▪ Tráfico de Influência 	Nomeação de júris diferenciados para cada concurso.	X		
	Promoção de ações de formação para júris para contratação de pessoal técnico e de gestão e pessoal docente		X	A CPCIPCA disponibilizou uma checklist orientadora para membros de júri
	Sorteio de pelo menos dois membros do júri para concursos de pessoal técnico e de gestão	X		
	Cumprimento do regulamento de recrutamento de docentes convidados no âmbito do ECPDESP	X		
	Declaração de inexistência de conflitos de interesses dos membros dos júris.	X		
	Criação de um Regulamento Interno para a contratação de Bolseiros de Investigação.	X		
	Implementação de procedimento de verificação sistemática de processos de contratação de trabalhadores	X		

2.1.2. Recrutamento de docentes convidados

Processo 2	Recrutamento de docentes convidados	Execução em 2021		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abuso de Poder de Interesses ▪ Conflito de Interesses ▪ Corrupção passiva por ato ilícito ▪ Favorecimento de candidato ▪ Imparcialidade ▪ Tráfico de Influência 	Cumprimento do regulamento de recrutamento de docentes convidados no âmbito do ECPDESP	X		
	Recurso obrigatório a uma base de recrutamento do IPCA nos termos do art. 8-A do ECPDESP	X		
	Verificação aleatória de procedimento de contratação de docentes convidados	X		

2.1.3. Remunerações e abonos variáveis e eventuais

Processo 3	Processamento de remunerações e abonos variáveis e eventuais	Execução em 2021		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pagamentos Indevidos ▪ Peculato ▪ Corrupção passiva para ato ilícito; ▪ Corrupção passiva por ato ilícito 	Segregação e rotatividade de funções	X		
	Verificação periódica a promover pelo GACI, no âmbito do sistema de controlo interno existente.		X	
	Manter atualizados os procedimentos internos para o processamento de remunerações	X		

2.1.4. Assiduidade, justificação de faltas e férias

Processo 4	Assiduidade, justificação de faltas e férias	Execução em 2021		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Favorecimento; ▪ Atribuição de Créditos de Horas não efetuadas ▪ Corrupção passiva para ato ilícito; ▪ Corrupção passiva por ato ilícito 	Revisão do Regulamento de horários do IPCA	X		
	Atualização do sistema de informação de controle de assiduidade, pontualidade e férias	X		
	Integração dos Sistemas de registo de férias e de assiduidade, com o ERP dos RH			Em preparação
	Segregação e rotatividade de funções.	X		

2.1.5. Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público

Processo 5	Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público	Execução em 2021		
------------	---	------------------	--	--

Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos; 	Elaboração de manual de procedimentos de deslocações, ajudas de custo e transporte	X		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corrupção passiva para ato ilícito; 	Digitalização de processos de deslocação no âmbito dos sistemas de gestão documental	X		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corrupção passiva por ato ilícito ▪ Deslocação em serviço Público sem prévia autorização 	Verificação periódica a promover no âmbito do sistema de controlo interno existente.	X		

2.2. Área Financeira

2.2.1. Registo de Património

Processo 6	Licenças, Equiparações a Bolseiros e Deslocações em Serviço Público	Execução em 2021		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Peculato ▪ Peculato de uso 	Descrição de procedimentos de registo do património	X		
	Auditoria interna aos procedimentos de registo de bens móveis e imóveis	X		
	Implementação de sistema de Inventariação do património com interligação ao ERP da área financeira	X		
	Verificação da correta inventariação e registo de imóveis adquiridos e ou construídos	X		
	Verificação da correta inventariação dos equipamentos fornecidos em empreitadas	X		
	Sistema controlo de alocação de equipamentos a trabalhadores	X		

2.2.2. Etiquetagem, transferência, cedência e abates

Processo 7	Etiquetagem, transferência, cedência e abates	Execução em 2021		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Peculato ▪ Peculato de uso; ▪ Abuso de poder 	Reconciliação periódica de bens inventariados		X	
	Elaboração de manual de procedimentos de gestão de imobilizado		X	

	Segregação de funções		X	
	Verificação periódica a realizar no âmbito do sistema de controlo interno existente.	X		
	Verificação física de bens no âmbito do processo de certificação de contas	X		

2.2.3. Vendas e prestação de serviços

Processo 8	Vendas e prestação de serviços	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Peculato ▪ Abuso de poder ▪ Corrupção passiva para ato ilícito. 	Formação dos trabalhadores sobre os procedimentos relativos ao processamento de receita e despesa	X		
	Registo de bens para venda	X		
	Segregação de funções entre o processo de emissão de recibos, conferência dos valores recebidos e o lançamento de receita	X		
	Reconciliação bancária	X		
	Segregação e rotatividade de funções.	X		Falta de rotatividade

2.2.4. Registo de despesa e pagamento a fornecedores

Processo 9	Registo de despesa e pagamento a fornecedores	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Peculato ▪ Abuso de poder ▪ Corrupção passiva para ato ilícito. 	Segregação de funções	X		
	Auditorias internas periódicas	X		
	Verificação anual de processos de despesa	X		
	Manutenção de manual de procedimentos atualizado	X		
	Rotação de trabalhadores		X	
	Reconciliações bancárias	X		
	Verificação aos procedimentos de conferência de fornecimento de bens e serviços	X		

	Utilização de serviços de fiscalização externa para acompanhamento da execução de contratos de empreitada com valores superiores a 150.000 €	X		
	Existência de fluxos atualizados no sistema de informação de gestão documental despesa	X		

2.3. Contratação pública

2.3.1. Aquisição de bens, serviços e empreitadas

Processo 10	Aquisição de bens, serviços e empreitadas	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Favorecimento a terceiros; ▪ Corrupção passiva para ato lícito e ilícito; ▪ Tráfico de Influência; ▪ Participação económica em negócio; ▪ Abuso de poder 	Segregação de funções nas diferentes fases do processo de contratação, nomeadamente, identificação de necessidades, execução do procedimento, autorização de despesa/adjudicação e verificação da execução do contrato	X		
	Auditorias sistemáticas a procedimentos de contratação pública		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditorias a processos de aquisição de bens, serviços e empreitadas no âmbito da contratação pública		X	Depende da operacionalização do GACI
	Para os procedimentos de aquisição entre 10.000,00€ e 20.000,00€ para aquisição de bens e serviços e entre 15.000,00€ 30.000,00€ para empreitadas, como regra, a realização de convite a mais de uma entidade;	X		
	Elaboração e divulgação de planeamento anual de procedimentos de contratação pública		X	Em preparação
	Aumentar a rotatividade de fornecedores/prestadores de serviços;	X		
	Sistema de alerta sobre os valores acumulados por fornecedor/prestador de serviço de acordo com o objeto de contrato,	X		
	Plano de formação anual sobre contratação pública para técnicos	X		
	Implementação de processos de avaliação do desempenho do fornecedor		X	Depende da operacionalização do GACI
	Quando haja a necessidade de realização de consulta preliminar ao mercado para a elaboração das peças de procedimento, deverão ser contactados mais do que um fornecedor e no caso da escolha de procedimento por consulta prévia, os fornecedores contactados deverão ser convidados a apresentar proposta.	X		
Criação de dashboard de análise de procedimentos de contratação pública com indicadores que permitam controlar aspetos relevantes (ex. verificação da diferença entre os valores orçamentados ou consultados e o preço base dos procedimentos; principais fornecedores convidados a apresentar propostas, entre outros)	X			

	Definição de Atribuições, Responsabilidades, Sanções e Penalidades aos intervenientes na Contratação e Gestão de Contratos		X	Em preparação
	Registo de Ocorrências relativos à Gestão de Contratos	X		Não foram registadas ocorrências

2.3.2. Intervenção de júris em processos de contratação pública

Processo 11	Intervenção de júris em processos de contratação pública	Execução em 2021		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Favorecimento a terceiros; ▪ Corrupção passiva para ato lícito e ilícito; ▪ Tráfico de Influência; ▪ Participação económica em negócio; 	Rotatividade de elementos de júri	X		
	Integração nos júris de trabalhadores de diferentes serviços	X		
	Plano de formação anual sobre contratação pública para trabalhadores que habitualmente integram júris	X		

2.3.3. Modificações objetivas ao contrato.

Processo 12	Modificações objetivas ao contrato.	Execução em 2021		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Favorecimento a terceiros; ▪ Corrupção passiva para ato lícito e ilícito; ▪ Tráfico de Influência; ▪ Participação económica em negócio; 	Segregação de funções entre quem propõe a alteração, quem analisa e quem aprova	X		
	Existência de parecer	X		
	Verificação do processo de contratação pública e da execução do contrato	X		

2.4. Atividades académicas

2.4.1. Inscrição, matrícula, renovação de matrícula e emissão de certificados

Processo 13	Inscrição, matrícula, renovação de matrícula e emissão de certificados	Execução em 2021		
Riscos Associados	Procedimentos	Sim	Não	Observações
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falsificação de documentos ▪ Prestação de declarações falsas; ▪ Corrupção passiva para ato ilícito. ▪ Abuso de poder; ▪ Tráfico de Influência. 	Segregação de funções entre quem processa os pedidos dos alunos e quem aprova	X		
	Rotação de trabalhadores entre funções dentro dos Serviços Académicos		X	
	Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos devidamente atualizado		X	
	Auditorias internas periódicas	X		
	Informatização dos requerimentos realizados pelos alunos	X		

	Criação de solução de arquivo digital para os processos de aluno	X		
--	--	---	--	--

2.4.2. Seriação dos candidatos a concursos locais, especiais, reingressos, mudança de par instituição /curso

Processo 14	Seriação dos candidatos a concursos locais, especiais, reingressos, mudança de par instituição /curso	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falsificação de documentos ▪ Corrupção passiva para ato ilícito. ▪ Abuso de poder; ▪ Tráfico de Influência. 	Segregação de funções entre quem organiza o processo administrativo, analisa e seria os candidatos.	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

2.4.3. Processos de creditação de formação

Processo 15	Processos de creditação de formação	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falsificação de documentos ▪ Prestação de declarações falsas; ▪ Corrupção passiva para ato ilícito. ▪ Abuso de poder; ▪ Tráfico de Influência. 	Segregação de funções entre quem organiza o processo administrativo, analisa os pedidos e decide sobre o processo de creditação.	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

2.4.4. Avaliação de conhecimentos e lançamento de notas

Processo 16	Avaliação de conhecimentos e lançamento de notas	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falsificação de documentos ▪ Prestação de declarações falsas; ▪ Corrupção passiva para ato ilícito. ▪ Abuso de poder; ▪ Tráfico de Influência. 	Disponibilização de pautas com avaliações em área eletrônica reservada disponível a todos os alunos da turma	X		
	Lançamento de notas e assinatura de pautas realizado pela via digital	X		
	Auditorias internas periódicas	X		
	Existência de declaração relativa a escusas, incompatibilidades e impedimentos	X		

2.4.5. Pagamento de propinas

Processo 17	Pagamento de propinas	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Corrupção passiva para ato ilícito. 	Segregação de funções entre quem recebe os valores/emite o recibo e quem regista a receita	X		
	Auditorias à arrecadação de receitas	X		
	Auditorias internas periódicas	X		

2.5. Apoio Social

2.5.1. Atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais

Processo 18	Atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Abuso de Poder; ▪ Corrupção passiva para ato ilícito. ▪ Tráfico de Influências 	Segregação de funções: Quem efetua a reanálise de processos não é o mesmo trabalhador que analisa	X		
	Rotação anual de processos por trabalhador	X		
	Auditoria interna: Verificação documental dos processos de atribuição de bolsas de estudo		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditoria interna à transmissão da informação da situação académica dos requerentes de bolsa de estudo		X	Depende da operacionalização do GACI
	Auditoria interna aos programas de bolsa de colaboradores e a auxílios de emergência		X	Depende da operacionalização do GACI
	Visitas domiciliárias	X		

2.6. Sistemas de informação

2.6.1. Acesso e gestão de dados

Processo 19	Acesso e gestão de dados	Execução em 2021		
		Sim	Não	Observações
Riscos Associados	Procedimentos			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conflito de interesses ▪ Abuso de Poder; ▪ Corrupção passiva para ato ilícito; ▪ Burla informática 	Declaração de impedimentos e conflito de interesses	X		
	Auditoria externa		X	
	Descrição de procedimentos de segurança de dados		X	
	Segregação de permissões de acessos aos sistemas de informação	X		
	Formação para trabalhadores sobre segurança informática de informação	X		

2.7. Propriedade intelectual e patentes

2.7.1. Processo de transferência de tecnologia: licenciamento e registo

Processo 20	Processo de transferência de tecnologia: licenciamento e registo	Execução em 2021		
		Riscos Associados	Sim	Não
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conflito de interesses ▪ Abuso de Poder; ▪ Corrupção passiva para ato ilícito; ▪ Recebimento indevido de vantagem ▪ Peculato ▪ Violação de Segredo 	Procedimentos			
	Declaração de impedimentos e conflito de interesses de investigadores e docentes	X		
	Descrição de procedimentos de licenciamento de tecnologia		X	
	Auditoria interna		X	
	Divulgação juntos dos estudantes, docentes e investigadores do regulamento de propriedade intelectual do IPCA	X		
	Formação para os docentes e investigadores sobre o regulamento de propriedade intelectual do IPCA		X	
	Registo do relacionamento com entidades externas	X		
	Auditoria Externa		X	
	Salvaguarda incondicional do direito moral do inventor/criador	X		
Centralização da valorização da transferência e negociação de direitos intelectuais propriedade do IPCA com entidades terceiras	X			

2.7.2. Processo de transferência de tecnologia: aquisição

Processo 21	Processo de transferência de tecnologia: aquisição	Execução em 2021		
		Riscos Associados	Sim	Não
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conflito de interesses ▪ Corrupção passiva para ato ilícito; 	Procedimentos			
	Declaração de impedimentos e conflito de interesses de investigadores e docentes	X		
	Auditoria interna		X	

APRECIÇÃO GLOBAL

Da *checklist* apresentada, onde constam os procedimentos a adotar, conforme definido no PGRCIC do IPCA, constam 115 procedimentos. Em termos gerais, regista-se a execução de 91 procedimentos, o que representa uma taxa de execução de 79%, indicando uma melhoria significativa em relação ao ano anterior. Perspetiva-se a melhoria destes resultados em 2022, uma vez que algumas medidas se encontram em preparação.

Da apreciação por áreas de intervenção, destaca-se a melhoria significativa na área da Propriedade Intelectual e Patentes, o que explica também a melhoria da taxa de execução do

PGRCIC. Relativamente às restantes áreas, a taxa de execução não registou alterações significativas em relação ao ano anterior.

Da leitura da tabela, depreende-se que a dimensão “Etiquetagem, transferências, cedências e abates” é a que regista a menor taxa de execução, pelo que se recomenda o reforço dos procedimentos em 2022.

Por fim, de destacar que, apesar das práticas internas de auditoria levadas à cabo pela própria CPCIPCA e o recurso a auditores externos, a criação de um gabinete de auditoria e controlo interno ou a implementação de uma atuação equivalente poderá ser um elemento-chave para promover resultados excelentes de execução do PGRCIC.

4. APRESENTAÇÃO DE ALTERAÇÕES E RECOMENDAÇÕES AO PGRCIC DO IPCA

As alterações e recomendações enunciadas, de seguida, resultaram da análise do PGRCIC do IPCA e de documentos afins, bem como da aplicação da *checklist* anteriormente apresentada aos respetivos departamentos:

A) Recomendações Gerais sobre o PGRCIC do IPCA

- Elaborar um Manual de Procedimentos dos Serviços Académicos, tal como previsto no ponto 5.3 do PGRCIC do IPCA;
- Elaborar um Manual de Procedimentos dos Serviços de Ação Social, tal como previsto no ponto 5.3 do PGRCIC do IPCA;
- Elaborar um Regulamento Interno dos Procedimentos de Transferência de Tecnologia, tal como previsto no ponto 5.3 do PGRCIC do IPCA;
- Criar no PGRCIC do IPCA uma rubrica dedicada exclusivamente ao risco, fazendo uma análise exaustiva do mesmo;
- Criar no PGRCIC do IPCA uma rubrica dedicada exclusivamente às medidas corretivas dos riscos de corrupção e infrações conexas;
- Criar no PGRCIC do IPCA uma rubrica dedicada exclusivamente à identificação dos responsáveis por cada área de intervenção, para que seja possível imputar responsabilidades e permitir que os mesmos controlem a execução das medidas previstas no referido documento;
- Reestruturar as áreas de intervenção previstas no ponto 4 do PGRCIC do IPCA – as áreas de intervenção deveriam integrar, para além das previstas, as seguintes áreas:
 - Biblioteca;
 - Informática (de modo a abordar as questões relativas às aplicações informáticas e seus riscos);
 - Docentes;

-
- A área de intervenção de “Receitas” deveria denominar-se de “Serviços Financeiros”, devendo contemplar os seguintes serviços: “Projetos cofinanciados”, “Receitas”, “Despesas” e “Tesouraria”;
 - A área de intervenção do “Património” deveria contemplar também o Aprovisionamento, sendo mais correto denominar-se de “Património e Aprovisionamento”.

B) Recomendações sobre o GACI e MCI do IPCA

- Divulgar o MCI por todos os funcionários do IPCA, bem como efetuar sessões de esclarecimento sobre o mesmo;
- Colocar em funcionamento o GACI, para permitir a realização das todas as tarefas incumbidas a este gabinete;
- Nomear, por serviço, os responsáveis pelo cumprimento das normas de controlo interno previstas no MCI.

C) Recomendações sobre a Contratação Pública

- Criar um manual sobre a instrução e tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços, designadamente, no que se refere à definição de responsabilidades dos vários intervenientes, ao estabelecimento de critérios de avaliação de propostas, cumprimentos de prazo e escolha de fornecedores;
- Implementar um sistema estruturado de avaliação de necessidades;
- Criar, e atualizar regularmente, uma base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores;
- Efetuar auditorias periódicas, por amostragem, aos processos de contratação.

D) Outras Recomendações

- Definir procedimentos internos que permitam tratar, de forma adequada e eficiente, as situações originárias de reclamações;
- Definir procedimentos internos ou outros mecanismos de controlo, que permitam tratar, de forma adequada e eficiente, as situações de comprovada corrupção de funcionários e/ou titulares de órgãos;
- Definir sanções para o incumprimento do PGRIC do IPCA;
- Apurar o grau de risco das novas atividades que surjam no IPCA, de acordo com a metodologia apresentada neste relatório.

5. CONCLUSÃO

Em termos gerais, o nível de execução do PGRCIC do IPCA é muito satisfatório e as melhorias registradas em relação ao ano anterior revelam a preocupação institucional com esta matéria.